



**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**Recurso Administrativo**

**Concorrência Eletrônica nº. 002/2025**

**Ref. Ofício de nº 071/2025.**

**Processo de nº 8513637-40.2024.8.06.0000**

**CONSTRUTORA PLATÔ LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.485.488/0001-48, com sede na Rua Vereador Pedro Paulo, nº 505, Bairro Parque Manibura, CEP 60821-716, Fortaleza/CE, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, apresentar sua:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

com fundamento no art. 71, inciso III e §3º, da Lei de nº 14.133/202, em face do Ofício de nº 071/2025 enviado pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENCENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJ/CE, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

---

O Recorrente tomou ciência do ofício para apresentar recurso administrativo no dia 18/07/2025 (sexta-feira), iniciando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, qual seja, dia 21/07/2025 (segunda-feira) e findando-se no dia 25/07/2025 (sexta-feira).

Tempestivo, portanto, o presente recurso.

**II. DOS FATOS**

---

A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará encaminhou ofício ao Recorrente para este apresentar recurso administrativo em face da intenção de anular parcialmente a Concorrência Eletrônica nº 002/2025 decorrente de suposto vício



procedimental por inobservância ao disposto nos Artigos 3º e 48, inciso III, da Lei Complementar de nº 123/2006.

O Recorrente foi intimado para querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresentar recurso em face do ofício de nº 071/2025.

Em síntese, são os fatos.

### **III. DO MÉRITO. DA AUSÊNCIA DE NULIDADE DO CERTAME. DO ATO JURÍDICO PERFEITO. DA CONVALIDAÇÃO DE ATOS E DO INTERESSE PÚBLICO**

---

Como dito alhures, o Recorrente foi intimado para apresentar Recurso Administrativo que visa anular parcialmente a concorrência eletrônico de nº 002/2025 por supostamente não ter sido garantido o tratamento diferenciado para empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 45, inciso I, da Lei Complementar de nº 123/2006.

No despacho exarado pelo órgão este afirmou que no item 6.6 do Edital, o licitante que desejasse utilizar das prerrogativas da Lei Complementar de nº 123/2006 deveria declarar, em campo específico, que cumpriu os requisitos desta Lei e estava apto a usufruir do tratamento favorecido constante nos artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do artigo 4º, da Lei de nº 14.133/2021.

Prosseguiu informando que deveria ter sido oportunizado à Kaphli Empreendimentos Imobiliários o direito de exercer a prerrogativa de apresentar proposta de valor inferior e que em virtude da ausência desta oportunidade ocorreu um vício procedimental que comprometeu o devido processo legal a ensejar a nulidade parcial do certame.

Sobre este ponto, convém mencionar que o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente após a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, consagrou a possibilidade de convalidação dos atos administrativos marcados por vícios sempre que tal medida for mais compatível com a preservação do interesse público do que a sua anulação.

No presente caso, não há qualquer dúvida de que, ainda que se identifique a ausência de manifestação expressa sobre a fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, tal vício, se existente, seria estritamente formal e plenamente sanável. Não houve qualquer cometimento de atos que compromettesse a isonomia, a competitividade do certame ou o regular andamento do processo licitatório.

Além disso, é importante destacar que, à luz do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, o tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 não se aplica de forma automática às microempresas ou empresas de pequeno porte. Sua fruição está submetida a condição objetiva,



qual seja: que, no ano-calendário da licitação, a empresa não tenha celebrado contratos com a Administração que, somados, ultrapassem os limites de receita bruta máximos para o enquadramento — R\$ 360.000,00 no caso de ME e R\$ 4.800.000,00 para EPP.

No caso específico da Concorrência Eletrônica nº 002/2025, o valor global da contratação em disputa já ultrapassa, por si só, o teto de enquadramento previsto para microempresas, o que inviabiliza o exercício do direito de preferência previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, ainda que o licitante estivesse formalmente enquadrado como ME à época da disputa.

Assim, mesmo que se alegue ausência de manifestação expressa em campo específico da plataforma, a fruição do benefício já não seria juridicamente possível, em razão objetiva do valor da contratação, que por si só ultrapassa o limite legal de receita bruta permitido para usufruir do tratamento favorecido. Nesse contexto, eventual nulidade do certame não encontra suporte fático nem jurídico, pois a empresa não poderia, de qualquer modo, pleitear tais benefícios, e tampouco o fez.

Sobre esta temática, cita-se o entendimento sobre a NLL:

“Na Nova Lei de Licitações, o direito de preferência não poderá ser avocado em contratos cujo valor for superior à receita bruta máxima para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Antes, usava-se como critério a receita bruta auferida; agora, será necessário analisar os contratos firmados no ano-calendário da licitação.

Fonte: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/21181/anular-ou-n%C3%A3o-o-contrato> – Copyright © 2025, Sollicita.”

Inobstante ao não enquadramento da empresa na prerrogativa prevista na Lei Complementar 123/2006, o art. 147 da Lei nº 14.133/2021 inaugura uma diretriz inovadora no Direito Administrativo ao prever que, mesmo diante de vício ou irregularidade, a Administração deverá ponderar sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da invalidação do ato, bem como os custos incorridos e o estágio de execução contratual.

No presente caso, tal diretriz aplica-se com ainda maior força, pois o processo licitatório já se encontra em fase avançada, tendo sido concluídos os atos de adjudicação e homologação em favor do Recorrente, o qual, inclusive, já contratou e apresentou a apólice de seguro garantia exigida pelo edital, assumindo desde já ônus financeiros concretos e irreversíveis. Anular o procedimento nesse estágio significaria desprezar os impactos econômicos não apenas para a empresa adjudicatária, mas para a própria Administração, que teria de reiniciar o certame e arcar com os custos associados à sua reprogramação.



Assim, o dispositivo autoriza expressamente a manutenção da eficácia do contrato viciado, desde que essa preservação se revele mais vantajosa ao interesse público do que a sua anulação. Essa previsão legal reforça a compreensão de que os contratos administrativos possuem natureza instrumental, devendo ser avaliados segundo sua finalidade pública e não apenas por critérios de forma:

Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III - motivação social e ambiental do contrato;
- IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

Essa perspectiva está em consonância com a evolução do Direito Administrativo contemporâneo, que passa a incorporar, em diversas normas, o viés utilitarista. O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/1999 impõe à Administração o dever de atuar com objetividade, vedando a renúncia indevida ao interesse público por formalismo. E o art. 20 da LINDB impõe o dever de considerar as consequências práticas das decisões, especialmente aquelas voltadas à invalidação de atos e contratos.



A Lei nº 14.133/2021, portanto, reflete essa orientação moderna, ao afastar o formalismo extremo e orientar a Administração a atuar com razoabilidade, eficiência e pragmatismo, priorizando a função social da contratação pública e a continuidade do interesse público já formalmente adjudicado e em vias de execução contratual.

Em reforço a esse entendimento, Hely Lopes Meirelles leciona:

“O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros.”(MEIRELLES, 2010, p. 98)

Na mesma linha, Joel de Menezes Niebuhr observa:

“As formalidades decorrentes do princípio da isonomia devem ser moderadas. Não é razoável impor tantas e tantas formalidades, que acabam por prejudicar a Administração e, por dedução, o interesse público. [...] A eficiência em licitação pública gira em torno de três aspectos fundamentais: preço, qualidade e celeridade.”(NIEBUHR, 2008, p. 33).

No presente caso, tal diretriz aplica-se com ainda maior força, pois o processo licitatório já se encontra em fase avançada, tendo sido regularmente concluídos os atos de adjudicação e homologação em favor do Recorrente.

Trata-se, portanto, de ato jurídico perfeito, plenamente formado dentro da legalidade, cuja desconstituição somente poderia ocorrer em situações excepcionais, sob pena de grave violação à segurança jurídica, à boa-fé objetiva e ao princípio da confiança legítima. Assim uma vez adjudicado e homologado o certame, forma-se o vínculo jurídico entre a Administração e o adjudicatário, cuja preservação é regra, e não exceção.

Some-se a isso o fato de que a empresa supostamente detentora dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, além de não ter apresentado proposta competitiva durante a fase de lances, também não interpôs qualquer recurso administrativo contra a habilitação, classificação ou consagração do Recorrente como vencedor do certame. Sua completa inércia evidencia a ausência de interesse jurídico em discutir o resultado da licitação, reforçando a desnecessidade e a ilegitimidade de eventual reabertura procedimental.





Portanto, o procedimento licitatório foi regularmente conduzido, com observância aos princípios da legalidade, competitividade e transparência, tendo culminado na adjudicação e homologação do objeto em favor do Recorrente, com todos os atos jurídicos já consumados.

A sua anulação, neste momento, implicaria grave violação à segurança jurídica e à confiança legítima, princípios estruturantes do regime jurídico-administrativo. No caso concreto, a invalidação do procedimento traria prejuízos concretos à Administração e ao Recorrente, que já arcou com os custos do seguro garantia, além de impor atrasos na execução contratual e na consecução do interesse público subjacente ao objeto licitado.

Diante de todo o exposto, não há fundamento legal ou fático que justifique a anulação do certame, sendo medida contrária ao interesse público, à eficiência, à segurança jurídica e à boa-fé que deve nortear a atuação administrativa.

Por isso, requer-se o integral reconhecimento da validade do procedimento licitatório, com a consequente rejeição da proposta de anulação parcial, autorizando-se a concretização da contratação em favor do Recorrente, que se sagrou vencedor de forma legítima, regular e vantajosa à Administração.

## V. DOS PEDIDOS

---

Diante de todo o exposto, requer a Recorrente, com fulcro no contraditório e na ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição Federal), bem como nos princípios da legalidade, eficiência, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público:

- a) Que seja integralmente acolhido o presente Recurso Administrativo, afastando-se a proposta de anulação parcial da Concorrência Eletrônica nº 002/2025, mantendo-se hígidas a adjudicação e homologação já realizadas em favor da Recorrente, CONSTRUTORA PLATÔ LTDA;
- b) Que se reconheça, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021, a prevalência do interesse público, da boa-fé e da segurança jurídica sobre eventual vício sanável e superado, convalidando-se os atos já praticados;
- c) Que se registre que a empresa supostamente beneficiária do direito de preferência não interpôs recurso administrativo, não apresentou proposta competitiva nem manifestou qualquer oposição à adjudicação em favor da Recorrente, configurando ausência de prejuízo e de interesse jurídico apto a justificar a anulação pretendida;




# CONSTRUTORA PLATÔ LTDA ®

CNPJ: 10.485.488/0001-48 - IE: 06.372369-7

- d) Que se reconheça, ainda, que a Recorrente já assumiu ônus financeiros relevantes, a exemplo da contratação de seguro garantia, havendo, portanto, ato jurídico perfeito e consumado, cuja anulação resultaria em flagrante afronta aos princípios da segurança jurídica, do interesse público e da eficiência;
- e) Que todas as manifestações e documentos acostados aos autos sejam devidamente considerados como parte integrante da presente peça, para todos os efeitos legais.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

  
**CONSTRUTORA PLATO LTDA**  
Antônio L. Pinheiro Landim Neto  
Eng.º Civil - CREA-12.756/D-CE  
Representante Legal/Responsável Técnico

**CONSTRUTORA PLATÔ LTDA**  
**CNPJ sob o nº 10.485.488/0001-48**